



Conselho Internacional do Café  
121.ª sessão  
9 – 13 abril 2018  
Cidade do México, México

**Igualdade de gênero no setor cafeeiro**

**Antecedentes**

1. Nos termos do Artigo 34 do Acordo Internacional do Café (AIC) de 2007 e do Programa de Atividades para o ano cafeeiro de 2017/18, a Organização Internacional do Café (OIC) deve proporcionar aos Membros estudos e relatórios sobre aspectos relevantes do setor cafeeiro.
2. Este estudo proporciona uma visão geral das dimensões e determinantes das desigualdades de gênero no setor cafeeiro, dando ênfase à parte agrícola da cadeia de valor. Um exame dos estudos existentes mostra que as mulheres fornecem até 70% da mão de obra usada no cultivo e colheita de café e que 20 a 35% dos grupos familiares ligados à produção de café são encabeçados por mulheres. Em contraste com os homens, todavia, as mulheres enfrentam restrições no acesso aos fatores de produção e aos mercados de insumos e para sua produção, e isso resulta em menor produtividade. Respostas das políticas públicas e iniciativas privadas que contemplam o empoderamento das mulheres são aqui examinadas. Na parte final, este estudo sugere medidas concretas que a OIC poderia tomar para promover a igualdade de gênero e assim contribuir para o aumento da produtividade e a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) das Nações Unidas.

**Ação**

Solicita-se ao Conselho que tome nota deste documento.

## IGUALDADE DE GÊNERO NO SETOR CAFEIRO

### 1. INTRODUÇÃO

1. Em todo o mundo, as mulheres fazem uma contribuição significativa à agricultura e à segurança alimentar. No entanto, seu grau de envolvimento em diversos níveis das cadeias de valor dos produtos agrícolas varia. A participação feminina na mão de obra agrícola vai de 20% na América Latina a quase 50% na Ásia e na África subsaariana, ao passo que, globalmente, entre 10 e 20% de todos os donos de terras são mulheres (FAO, 2011). Para além desse nível, a representação das mulheres tende igualmente a ser menor, seja em organizações e cooperativas agrícolas, seja na interação de papéis nos mercados formais, seja no comércio e processamento dos produtos (IFC, 2016).

2. Como agricultoras, as mulheres enfrentam limitações de acesso não só a fatores de produção como terra e insumos, mas também a serviços públicos como programas de extensão e treinamento. As diferenças no acesso a recursos se traduzem em desigualdades entre os gêneros nos resultados agrônômicos e econômicos. Os níveis de produtividade são significativamente mais baixos entre as agricultoras que entre seus pares do sexo masculino.

3. Em vista da importância da contribuição feminina para a agricultura global, a redução das diferenças de gênero na agricultura e o empoderamento das mulheres ao longo das cadeias de valor dos produtos agrícolas contribuiria para a realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da igualdade de gênero, bem como de toda a Agenda 2030 adotada pelas Nações Unidas<sup>1</sup>. A melhoria dos meios de vida e das receitas rurais com base na agricultura, igualmente, traria maior bem-estar familiar, traduzido em melhor nutrição, e influiria na erradicação da pobreza e na prosperidade. A redução das desigualdades de gênero para estimular o aumento da produtividade agrícola pode contribuir de forma crucial para satisfazer à crescente demanda por café no mundo inteiro. Esse potencial de produtividade precisa ser desbloqueado, pois o futuro crescimento da produção global está em risco, devido a desafios emergentes como as mudanças climáticas.

4. As mulheres contribuem para o setor cafeeiro em todos os níveis da cadeia global de valor do café<sup>2</sup>. Este estudo, todavia, se concentra no papel das mulheres na agricultura, como cafeicultoras.

---

<sup>1</sup> Maiores informações sobre o ODS 5 em <http://www.un.org/sustainabledevelopment/gender-equality/>.

<sup>2</sup> Com respeito ao consumo de café, pesquisas sugerem que há diferenças de gênero nas preferências. Um estudo constatou que 51% dos homens tomam café regularmente, em comparação com 33% das mulheres (Demura et al., 2013).

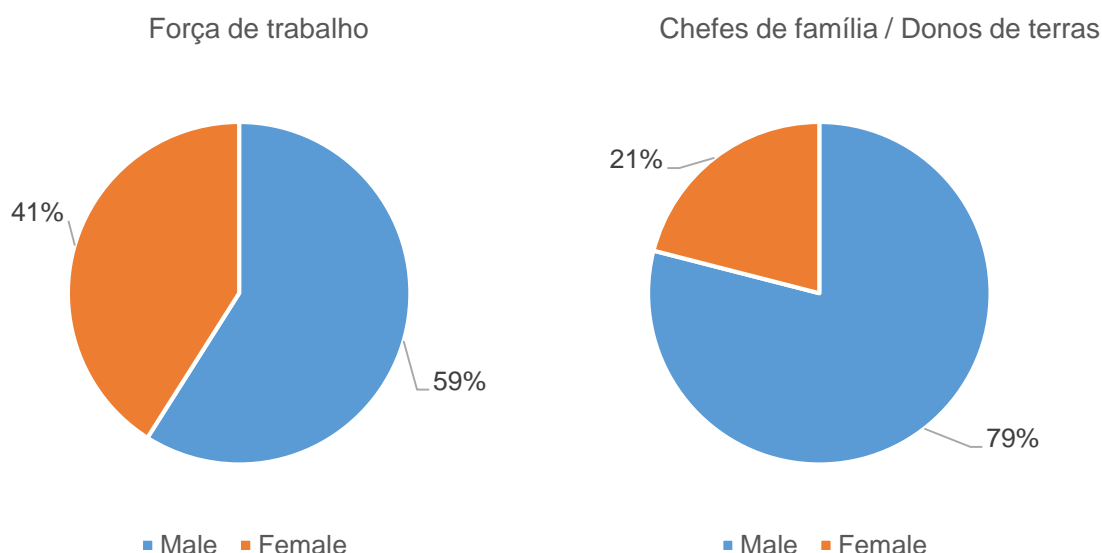
5. O objetivo deste estudo é i) analisar provas empíricas procedentes tanto do setor agrícola mais amplo quanto do setor cafeeiro, para estabelecer a amplitude das diferenças de gênero na agricultura e suas determinantes. Além disso o estudo ii) identificará abordagens adotadas pelos setores público e privado para reduzir as diferenças de gênero e alcançar os ODSs. Por último, iii) são propostos alguns meios pelos quais a OIC poderá promover ativamente a igualdade de gênero no setor cafeeiro, em particular entre seus Membros, conscientizando os interessados e facilitando as intervenções através de parcerias público-privadas.

## 2. MEDINDO AS DIFERENÇAS DE GÊNERO

### 2.1. Mulheres na agricultura e na cafeicultura

6. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), as mulheres em média fornecem 43% da força de trabalho da agricultura global. Na África subsaariana é de 15% a participação média das mulheres chefes de família entre os donos de terras. Na América Latina a participação feminina é de bem mais de 25%, mas na Ásia ela é muito menor, ficando aquém de 5% (FAO, 2011). O presente estudo cobre grupos familiares rurais envolvidos em toda a gama de atividades agrícolas, da agricultura de subsistência à agricultura comercial, e dos cultivos de produção anual ou arbóreos à pecuária (figura 1).

Figura 1: Participação feminina no setor agrícola\*

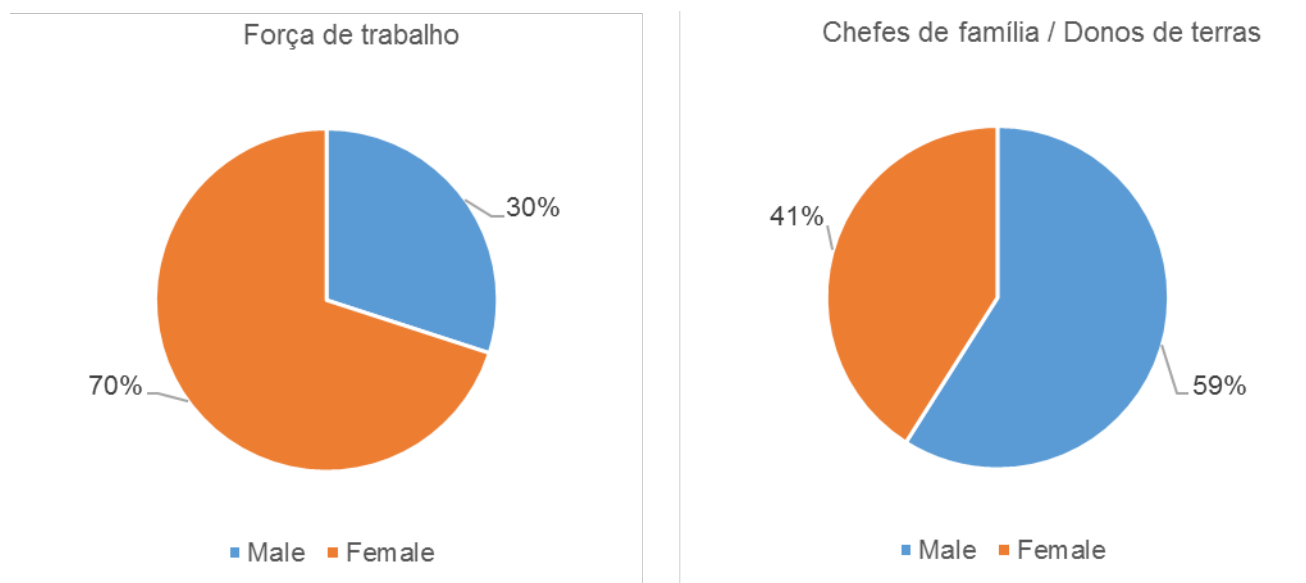


\* Média simples de dados nacionais

Fonte: Cálculo próprio com base na FAO (2011)

7. Estudos rigorosos sobre o setor cafeeiro são relativamente escassos, mas a evidência que existe sugere que o nível de participação das mulheres na cafeicultura não difere muito de seu papel em outros subsetores agrícolas (quadro 1). Por exemplo, Meemken e Qaim (2018) constataram, numa amostragem representativa em Uganda, que 23% dos grupos familiares ligados à cafeicultura eram chefiados por mulheres. No Quênia, que faz fronteira com Uganda, em duas cooperativas estudadas por Dijkdrenth (2015), 29% e 34% dos membros eram mulheres, respectivamente. Um estudo de Lyon et al. (2010) constatou que no México e América Central a participação das mulheres registradas como produtoras de café fairtrade/orgânico aumentou de 20% para 35% entre 1997 e 2006 (figura 2). Segundo estimativas da Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA), uma organização não lucrativa, a participação das mulheres entre todos os produtores de café vai de 19% a 34% na América Central e de 20% a 32% no Burundi e em Ruanda, respectivamente.

Figura 2: Participação feminina no setor cafeeiro \*



\* Média simples de dados nacionais e regionais

Fonte: Cálculo próprio com base em dados nacionais / regionais que figuram no Quadro Anexo 1

8. Mesmo que cifras sobre propriedades sob a direção de mulheres deem uma medida indicativa da contribuição feminina ao setor cafeeiro, algumas limitações metodológicas se tornam evidentes. Além das mulheres que chefiam famílias cafeeicultoras, muitas outras contribuem para a mão de obra em famílias chefiadas por homens, não sendo cobertas pelas estatísticas. Estatísticas baseadas na participação feminina na propriedade da terra (*de jure* ou *de facto*), assim, provavelmente subestimam a contribuição feminina à agricultura.

9. Em certas regiões do mundo – na África ocidental, por exemplo – a responsabilidade pelo trabalho agrícola é compartilhada, com homens e mulheres administrando glebas diferentes (Croppenstedt, 2013). Essa distribuição intrafamiliar das atividades agrícolas cria um desafio para a coleta de dados e a pesquisa, pois o estudo das famílias frequentemente não oferece um desdobramento detalhado das informações por gênero. No entanto, um estudo anterior do Centro de Comércio Internacional (ITC), cobrindo 15 países, mostrou que a participação feminina usada como mão de obra na cafeicultura gira em torno de 70% e que mais ou menos 20% das propriedades de café são operadas por mulheres (ITC, 2008).

10. Com essas limitações em mente, pode-se porém concluir que o papel das mulheres na produção de café é crucial e semelhante em importância à de seu papel em outros subsetores agrícolas. Assim, muitas das constatações dos estudos sobre a igualdade de gênero no setor agrícola mais amplo, que serão apresentadas neste estudo, são relevantes para o setor cafeeiro.

## 2.2. *Diferenças de produtividade*

11. A participação feminina nas atividades agrícolas de muitas famílias rurais é indispensável, mas os retornos econômicos que as mulheres obtêm da agricultura são menores que os de seus pares homens. Pesquisas mostram que as colheitas feitas pelas mulheres são menores, e é menos provável que elas vendam seus produtos aos mercados. Isso leva a menor renda agrícola, afetando negativamente os ganhos e o bem-estar das famílias rurais.

12. Comparando grupos familiares chefiados por mulheres e por homens na Etiópia, Tiruneh et al. (2001) averiguaram uma produtividade 35% menor em propriedades sob a responsabilidade de mulheres. Usando uma amostragem das famílias rurais etíopes, Aguilar et al. (2015) constataram que, em termos de valor da produção por hectare, as famílias chefiadas por mulheres são 23% menos produtivas que as chefiadas por homens. No entanto, as diferenças na produção podem ser confundidas por desigualdades entre famílias no acesso a insumos e a conhecimentos (FAO, 2011). Medidas das diferenças na produção dentro de um grupo familiar podem em parte ser explicadas por desigualdades estruturais. Provas empíricas de diferenças em produtividade relacionadas com gênero dentro das famílias, todavia, confirmam a existência de desigualdades marcantes. Estudos conduzidos na África ocidental, por exemplo, sugerem que as glebas administradas por homens obtêm maiores rendimentos que as administradas por mulheres. Udry et al. (1995) registraram uma obtenção de rendimentos 10 a 15% menores por mulheres. As diferenças intrafamiliares que há entre agricultores homens e mulheres, portanto, não são causadas pelo acesso a mercados a nível familiar, mas por outros fatores.

13. Estudos específicos comparando diferenças de gênero em produtividade no setor cafeeiro são escassos. Um estudo conduzido no Equador e na Colômbia revela que, em propriedades sob a responsabilidade de mulheres, a produtividade é 2,5% menor, mas que a diferença não é estatisticamente significativa (Avila e Useche, 2016).

### **3. DETERMINANTES DAS DIFERENÇAS DE PRODUTIVIDADE**

14. As diferenças de gênero na produtividade agrícola decorrem sobretudo de desigualdades no acesso a recursos. As diferenças de gênero vistas nos resultados agrícolas e econômicos diminuem ou desaparecem quando se leva em conta o que é concedido às mulheres em termos de educação, tamanho das propriedades e acesso a produtos, fatores do mercado, crédito e serviços públicos como extensão (Aguilar et al., 2014). Diferenças residuais de gênero nos resultados são explicadas por desigualdades estruturais entre agricultores homens e mulheres nos retornos trazidos pelos fatores de produção<sup>3</sup>.

15. Fatores que determinam as diferenças de gênero na produtividade agrícola e no setor cafeeiro serão examinados em maior detalhe no restante desta seção.

#### *3.1. Terra*

16. A terra é o fator mais importante na produção agrícola e constitui a base para a lavoura e a pecuária. Quando cultivada de forma sustentável, ela pode ser transmitida de uma geração às seguintes, assegurando sustento para as comunidades rurais. É importante notar que, em áreas com mercados imobiliários que funcionam, ela pode ser usada como garantia para a obtenção de financiamento dos emprestadores comerciais. Ela assim é vital para conseguir empréstimos para insumos sazonais e, particularmente, para investimentos de longo prazo em empresas agrícolas.

17. Tem-se demonstrado que, nos países de renda baixa e média, as mulheres têm menos acesso a terrenos que os homens (Croppenstedt et al. 2013). Por exemplo, 45% das famílias chefiadas por homens nas zonas rurais da Nicarágua possuem terras, em contraste com pouco mais de 10% das famílias chefiadas por mulheres. No Vietnã, as desigualdades são menos pronunciadas, e as taxas de propriedade da terra por famílias chefiadas por mulheres e homens alcançam 70% e 85%, respectivamente. Além disso, as famílias chefiadas por homens em geral controlam maiores áreas.

---

<sup>3</sup> Para detalhes do desdobramento das diferenças de gênero na produção agrícola, ver Aguilar et al. (2014).

18. Desigualdades particularmente grandes na propriedade da terra costumam resultar de práticas costumeiras, que limitam o acesso e os direitos a terra. Com frequência, as razões que explicam as desigualdades são específicas aos países individualmente e incluem a preferência masculina nos regimes de sucessão e de casamento e a parcialidade em favor dos homens nos programas de redistribuição de terras (Melesse, Dabissa e Bulte, 2017).

19. A evidência de pesquisas específicas ao café é limitada, mas coincide com as constatações obtidas em outros setores agrícolas. Um estudo sugere que, numa amostragem de famílias cafeicultoras da Colômbia e do Equador, as famílias chefiadas por homens possuem 20% mais terras que as chefiadas por mulheres (Avila e Useche, 2016).

### 3.2. *Mão de obra*

20. A agricultura, especialmente nos sistemas de produção das pequenas propriedades, exige mão de obra intensa. A disponibilidade de mão de obra em cada família depende de seu tamanho e composição (número de membros com idade para trabalhar e gênero) e de sua capacidade de contratar mão de obra. Pesquisas mostram que as famílias chefiadas por mulheres têm desvantagens nas duas áreas (FAO 2011).

21. Em média, as famílias chefiadas por mulheres são menores, mas contêm maior número de dependentes. Avila e Useche (2016) constataram que no Equador as famílias produtoras de café chefiadas por mulheres em média são 13% menores que as chefiadas por homens e, em resultado, têm menos mão de obra disponível. Além disso, frequentemente as mulheres chefes de família precisam arcar com o duplo ônus das tarefas domésticas e das atividades na lavoura. Isso também em parte explica o menor uso de mão de obra em glebas pelas quais as mulheres respondem pertencentes a famílias chefiadas por homens (Udry et al. 1995). No acesso aos mercados de trabalho, as agricultoras podem ser restringidas por normas sociais. Por exemplo, Hill e Vigneri (2014) constataram que, na cacauicultura de Gana, as mulheres enfrentam limitações de acesso ao trabalho através de centros de emprego divididos por gênero, o que é problemático, sobretudo porque se trata de trabalho agrícola fisicamente árduo. Em outros casos, as trabalhadoras agrícolas podem receber ajuda dos homens na comunidade, mas só quando completaram o trabalho em suas próprias glebas (FAO, 2011).

### 3.3. *Educação*

22. O nível educacional, considerado parte do capital humano, é um dos principais determinantes da capacidade produtiva das famílias (WDR, 2012; FAO, 2011). Há uma forte correlação entre o nível educacional médio dos adultos com idade de trabalho nas famílias rurais e a produtividade agrícola. Desigualdades podem ser observadas entre homens e

mulheres no acesso a educação e seus resultados. Por exemplo, uma amostragem de 15 países analisados em um estudo da FAO (2011) revelou uma diferença significativa em anos de escolaridade e taxas de alfabetização em quase todos os países. A amostragem incluiu países produtores de café como a Bolívia, o Equador, Gana, a Guatemala, a Indonésia, o Malauí, o Nepal, a Nicarágua, a Nigéria e o Vietnã. A exceção notável, onde não se constataram diferenças de gênero em educação, foi o Panamá. A pesquisa revelou que, em geral, as diferenças tendem a reduzir-se com o tempo, mas que continua a haver desigualdades significativas de progresso entre as regiões. Níveis educacionais mais baixos frequentemente resultam de preconceitos contra a educação das meninas.

23. Em seu estudo sobre famílias produtoras de café em Uganda, Meemken, Veettil e Qaim (2016) oferecem evidência de diferenças em capital humano entre, por um lado, homens decisores primários e mulheres decisoras primárias (isto é, mulheres chefes de família) e, por outro, mulheres decisoras secundárias. Os autores constataram que tanto as mulheres chefes de família quanto as pertencentes a famílias chefiadas por homens tinham menos anos de educação formal e níveis mais baixos de alfabetização. Uma situação semelhante foi encontrada na Colômbia e no Equador, onde os homens chefes de família tinham em média 4,05 e 6,43 anos de escolaridade, respectivamente, em contraste com 3,27 e 5,27 anos quando se tratava de mulheres chefes de família (Avila e Useche, 2016).

#### *3.4. Programas de extensão e treinamento*

24. Fora da educação básica, também há desigualdades no acesso a conhecimentos e aptidões agrícolas por homens e mulheres. Para os cafeicultores, os serviços de extensão frequentemente são a principal fonte de informações sobre métodos agrícolas novos e melhorados e sobre novas tecnologias. Na maioria dos países, a extensão é um serviço público (Croppenstedt, 2013).

25. Existe uma diferença de gênero no acesso a serviços de extensão, pois é menos provável que as mulheres recebam visitas de agentes de extensão. Na Índia, uma pesquisa revelou que 29% das famílias chefiadas por homens que possuem terras receberam uma visita de extensão, em contraste com apenas 18% das famílias chefiadas por mulheres (Banco Mundial e IFPRI, 2010). O mesmo estudo mostrou uma situação semelhante na Etiópia, onde 28% das famílias chefiadas por homens tiveram acesso a serviços de extensão, enquanto só 20% das famílias chefiadas por mulheres foram visitadas por um extensionista.

26. O estudo identificou diversas razões para o menor acesso pelas mulheres a informações sobre técnicas agrícolas. Por exemplo, parece existir um viés em favor dos homens na provisão de serviços, com base na crença de que, na agricultura, os homens decidem e as mulheres não passam de produtoras marginais. É mais provável que as propriedades de maior tamanho, que tendem a ser administradas por homens, sejam mais



visadas por agentes de extensão, devido a economias de escala e à busca de maior eficiência na provisão de serviços. Ao lado disso, limitações de tempo ligadas ao duplo ônus das tarefas domésticas e do trabalho na lavoura, bem como normas sociais que afetam sua mobilidade, podem afetar negativamente a capacidade das mulheres de participar de treinamento agrícola. Avila e Useche (2016) constataram que o acesso a extensão pelas agricultoras da Colômbia é muito menor, mas não constataram diferenças de gênero no Equador. Dados de pesquisas sobre uma zona de cafeicultura de Uganda revelaram que as mulheres chefes de família e as decisoras secundárias em famílias chefiadas por homens participam menos de reuniões de grupos de agricultores e têm menos acesso a treinamento agrícola (Meemken, Veettil e Qaim, 2017).

### 3.5. *Uso de insumos*

27. O uso de insumos agrícolas para incrementar os rendimentos e alcançar alta qualidade é uma prática padrão na agricultura moderna. No entanto, pesquisas sobre diferenças de gênero na produção revelam menor uso por mulheres que por homens, em suas empresas agrícolas, de sementes ou mudas certificadas, de fertilizantes tanto minerais quanto orgânicos e de pesticidas. Por exemplo, Udry et al. (1995) constataram, numa amostragem de agricultores de Burkina Faso, que a intensidade da produção nas glebas administradas por mulheres é menor que nas administradas por homens.

28. As maiores diferenças de gênero são as que surgem entre famílias chefiadas por homens e famílias chefiadas por mulheres sem uma presença masculina. No Malauí, por exemplo, em famílias chefiadas por homens em que há decisoras secundárias, as diferenças na aplicação de fertilizantes entre glebas controladas por homens e por mulheres são menos pronunciadas. As mulheres casadas têm maior probabilidade de acesso a fertilizantes que as mulheres chefes de família por uma margem de 62% contra 45% (Uttaro, 2002).

29. Algumas dessas desigualdades no uso de insumos podem ser explicadas pelo fato de que as mulheres tendem a cultivar produtos que pedem menos insumos e os homens se concentram em cultivos pecuniários, que respondem com retornos mais altos ao emprego de fertilizantes e pesticidas. Assim, as diferenças de gênero no uso de insumos podem ser menores quando se comparam lavouras administradas por homens e por mulheres, na realidade refletindo diferenças no uso da terra. Em uma amostragem de cafeicultores na Colômbia e no Equador, Avila e Useche (2016) não descobriram diferenças significativas no uso tanto de fertilizantes minerais e orgânicos quanto de pesticidas entre famílias chefiadas

por mulheres e por homens. As informações subjacentes sobre o uso de insumos modernos, porém, haviam sido coletadas como variáveis binárias (sim ou não), por isso não permitindo a avaliação de diferenças potenciais na intensidade do uso dos insumos (por exemplo, quantidade de fertilizantes por hectare).

### 3.6. *Serviços financeiros*

30. O uso limitado de insumos e a falta de investimentos na modernização e expansão das empresas agrícolas pode resultar de acesso limitado a financiamento. Crédito formal e informal, além disso, são vitais para os agricultores poderem mitigar choques da receita, típicos da produção agrícola devido aos riscos elevados dos choques meteorológicos.

31. Na maioria dos países de renda baixa e média, há profundas diferenças entre os gêneros no acesso a serviços financeiros. Dados das pesquisas mostram que as famílias chefiadas por mulheres têm menor probabilidade de usar crédito que as famílias chefiadas por homens, e que isso afeta a eficiência econômica das mulheres (Croppenstedt, 2013). As principais razões para as dificuldades na obtenção de crédito formal são a falta de garantias colaterais suficientes (as mulheres em média possuem glebas menores ou não possuem escrituras), de educação e de conhecimentos financeiros básicos. O acesso limitado das mulheres a crédito informal, em contraste com o que se passa com os homens, pode ser explicado por desigualdades estruturais nas redes de contato femininas.

32. Evidência que se encontra no setor cafeeiro reflete em parte os moldes encontrados no setor agrícola mais amplo. Meemken, Veettil e Qaim (2017) estabeleceram que, entre os produtores de café de Uganda, 39% dos homens chefes de família possuem uma conta pessoal de poupança, em contraste com apenas 24% das mulheres chefes de família e 26% das decisoras secundárias pertencentes a famílias chefiadas por homens. Avila e Useche (2016) não observaram diferenças de acesso a crédito entre homens e mulheres que produzem café na Colômbia e no Equador. No entanto, seu estudo cobre acesso a crédito como variável binária e não dá informações mais detalhadas sobre diferenças potenciais nos tamanhos dos empréstimos.

### 3.7. *Agência*

33. As desigualdades de produtividade na agricultura também podem resultar das diferenças entre homens e mulheres em sua capacidade de exercer "agência", isto é, de fazer escolhas eficazes e transformá-las em resultados desejáveis (Banco Mundial, 2012). As expressões de agência incluem o controle de recursos, a capacidade de se movimentar livremente, a tomada de decisões sobre a formação de família, a liberdade do risco de violência e a capacidade de ter voz ativa na sociedade e influenciar políticas.

34. Determinou-se que pode haver uma correlação negativa entre a comercialização agrícola e o exercício de agência pelas mulheres. Por um lado, o surgimento de mercados para os produtos agrícolas de valor elevado dá aos agricultores de subsistência oportunidades de gerar receitas, reduzindo os níveis de pobreza. Por outro lado, nem todos podem se beneficiar deste aspecto, e é possível que as famílias chefiadas por mulheres sejam particularmente prejudicadas. Como as barreiras à entrada nos mercados de exportação de produtos agrícolas são altas, há o risco de as mulheres, que dispõem de recursos limitados como se indicou acima, serem marginalizadas (Maertens e Swinnen, 2012; Quisumbing et al., 2015).

35. Na verdade, é mais provável que as famílias chefiadas por homens que as chefiadas por mulheres se ocupem de cultivos como o café. No entanto, as mulheres contribuem significativamente para a produção de cultivos de exportação. Uma análise da alocação da mão de obra intrafamiliar sugere que as mulheres pertencentes às famílias devotam tempo desproporcionadamente maior ao cultivo de café que os homens, que se concentram no armazenamento e na comercialização das safras. Devido a seu envolvimento na venda de café, os homens chefes de família em geral também controlam as receitas da produção de café (Bolwig, 2012).

36. Essas constatações são confirmadas por outros estudos. Por exemplo, em Uganda há um contraste muito grande entre o envolvimento na produção de café por mulheres chefes de família que administram a produção como parte de uma empresa agrícola e o envolvimento por mulheres que são decisoras secundárias como parte de famílias chefiadas por homens. Só um terço das decisoras secundárias alegaram ser responsáveis pela produção de café, em comparação com mais de 90% dos homens chefes de família (Meemken, Veettil e Qaim, 2017).

37. Um cenário semelhante foi identificado por Avila e Useche (2016) na Colômbia, onde as mulheres participam menos da tomada de decisões sobre a produção de café em famílias chefiadas por homens que em famílias chefiadas por mulheres. No Equador, os autores também constataram que as mulheres têm menos voz nas decisões sobre a produção, embora as diferenças não sejam estatisticamente significativas.

38. Em resumo, a análise acima das determinantes das diferenças de gênero em produtividade identificou fatores como capital humano, oportunidades econômicas e agência. Comparando as constatações apresentadas na literatura sobre o setor agrícola como um todo com os estudos sobre o setor cafeeiro, viu-se que as limitações enfrentadas pelas famílias cafeicultoras no acesso a recursos são semelhantes às das famílias envolvidas em outros cultivos pecuniários nas zonas rurais. Diferenças de gênero na disponibilidade de

capital humano e acesso a recursos puderam ser confirmadas em educação, acesso a mão de obra e serviços de extensão, bem como em agência. A evidência empírica dessas diferenças no acesso a crédito e no uso de insumos no setor cafeeiro prossegue limitada e menos conclusiva, sugerindo a necessidade de mais pesquisas.

39. Na seção a seguir apresentam-se alguns exemplos de políticas e intervenções que poderão beneficiar as mulheres produtoras de café, dando-lhes mais acesso a recursos e conferindo-lhes mais direitos, para capacitá-las a participar na agricultura comercial e de exportação.

#### **4. REDUZINDO AS DIFERENÇAS DE GÊNERO**

40. A redução das diferenças de gênero nas cadeias de valor dos produtos agrícolas geraria uma vasta gama de benefícios econômicos e sociais. O empoderamento tanto das mulheres cafeicultoras quanto das mulheres membros de famílias cafeicultoras contribuiria, em primeiro lugar, para a realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da igualdade de gênero e de outros objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

41. Em segundo lugar, a igualdade de condições no acesso a recursos que vão de capital humano a fatores de produção capacitaria as agricultoras a produzir mais eficientemente, isso resultando em maior produtividade. O aumento da produtividade pode traduzir-se em receitas agrícolas mais altas e maior bem-estar familiar. Maiores receitas agrícolas e mais poder feminino na tomada das decisões familiares estão ligados a benefícios mais amplos, como melhor nutrição e saúde dos filhos e ao investimento de maior proporção das receitas em sua educação (Doss, 2013; Malapit e Quisumbing, 2015).

42. Segundo a FAO, a redução das diferenças de gênero no acesso a recursos nos países de baixa renda levará a um aumento da produção agrícola global estimado em 2,5 a 4% (FAO, 2011). A elevação da produtividade agrícola – isto é, maior rendimento – e uma produção de melhor qualidade serão a chave para suprir a futura demanda por café, seja no plano internacional, seja no plano interno, pois se estima que, até 2030, o consumo aumentará de 40 a 50 milhões de sacas se a atual tendência de seu crescimento perdurar.

43. Há um papel para o setor público e o setor privado na redução das diferenças de gênero na produção agrícola. No reino das políticas públicas, uma distinção pode ser feita entre políticas específicas ao setor agrícola (ou, até, ao setor cafeeiro) e políticas mais universais. Tem-se demonstrado, por exemplo, que o acesso à educação primária se correlaciona positivamente com a capacidade produtiva das famílias. Daí as políticas públicas que visam à redução do viés em favor do lado masculino na educação e ao aumento da matrícula escolar do lado feminino nas zonas rurais beneficiarão as famílias produtoras de café. Entre as políticas mais específicas ao setor agrícola estão as concernentes a direitos de

propriedade e uso da terra, bem como a serviços de extensão agrícola. As intervenções que contemplam a alfabetização financeira dos agricultores frequentemente são implementadas por organizações não governamentais (ONGs). O setor cafeeiro, por sua vez, tem tido êxito na implementação de padrões privados elevados e de políticas de gênero na cadeia produtiva. Sua motivação é a consciência mais aguçada dos consumidores quanto aos aspectos sociais da cafeicultura.

#### 4.1. *Certificação fundiária e direitos de propriedade*

44. A posse segura da terra é crucial para a promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável (Melesse, Dabissa e Bulte, 2017). Desigualdades de acesso a terra entre homens e mulheres na agricultura podem ser excluídas através da eliminação da discriminação com base na lei, mas, ao mesmo tempo, reconhecendo a importância e poder dos direitos costumeiros a terra, educando funcionários e avaliando-os quanto a metas de gênero, educando as mulheres sobre direitos a terra e ajustando os procedimentos burocráticos relacionados com os registros de propriedade (FAO, 2011).

45. A efetivação de posse conjunta de terrenos por maridos e mulheres tem tido êxito no empoderamento das mulheres em famílias chefiadas por homens. A obtenção de controle sobre os bens da família amplia o poder de negociação das mulheres perante os chefes de família, possibilitando a tomada coletiva de decisões de natureza econômica. Uma análise do programa de certificação fundiária compartilhada sugere que a emissão de títulos de propriedade conjunta teve um impacto positivo no empoderamento e na agência das mulheres em toda uma série de indicadores (Melesse, Dabissa e Bulte, 2017).

#### 4.2. *Extensão*

46. Uma abordagem dos serviços de extensão agrícola e das escolas de agricultores que seja sensível à questão de gênero possibilita lidar com os fatores que limitam o acesso feminino a informações sobre técnicas agrícolas e novas tecnologias. Programas de extensão bem concebidos levam em conta as restrições culturais, de tempo, de mobilidade e educacionais enfrentadas pelas mulheres agricultoras (Croppenstedt, 2013).

47. Em certos contextos, por exemplo, é mais apropriado que as mulheres agricultoras interajam com agentes de extensão também mulheres. Esta não é uma predileção universal e depende das normas culturais predominantes, mas o aumento da participação de agentes de extensão mulheres contribui para a prestação mais eficaz de serviços, como demonstra evidência provinda da Tanzânia (Due, Magayane e Temu, 1997). A sensibilização de agentes de extensão homens acerca da situação das mulheres nas zonas rurais, calibrada pelos

conteúdos do treinamento, pode levar a resultados positivos – por exemplo, aumentando a porcentagem das mulheres que recebem visitas de extensão e a eficácia da transferência de informações e habilidades. A propagação da tecnologia de telefonia móvel proporciona um canal adicional de divulgação às mulheres que pode ganhar importância no futuro (Croppenstedt, 2013).

#### 4.3. *Alfabetização financeira e acesso a financiamento*

48. A redução das diferenças de gênero no acesso a serviços financeiros requer a superação de restrições costumeiras que impedem as mulheres de ter contas bancárias; requer também o aumento da alfabetização financeira através de programas de treinamento e do incentivo à formação de organizações baseadas na comunidade, tais como grupos de mulheres (FAO, 2011).

49. Organizações de desenvolvimento como as organizações internacionais (OIs) e as ONGs, em parceria com bancos de desenvolvimento, não raro preenchem essa lacuna, proporcionando treinamento para fortalecer a gestão interna de organizações menores de agricultores. Um projeto implementado nos setores cafeeiros de Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, e México, por exemplo, organizou 239 seminários, alcançando quase 6.000 participantes, 31% dos quais mulheres. Uma avaliação mostrou que o projeto foi bem-sucedido no aumento da alfabetização financeira dos membros de organizações de agricultores e na conscientização dos emprestadores quanto às oportunidades oferecidas pelo financiamento dos pequenos agricultores (ICO e World Bank, 2015).

#### 4.4. *Normas de sustentabilidade privadas*

50. Normas e esquemas privados de certificação podem influenciar de forma positiva a igualdade de gênero. Promovendo a sustentabilidade, esquemas como o UTZ ou o Fairtrade ocupam-se de uma série de questões relacionadas com práticas agrícolas e aspectos ambientais e sociais. Os aspectos sociais compreendem condições de trabalho e questões de desenvolvimento mais amplas, incluindo igualdade de gênero. Os esquemas podem requerer que as organizações de agricultores adiram a políticas de não discriminação e organizem seminários compulsórios de conscientização sobre gênero, bem como a ações de treinamento agrícola sob medida para mulheres agricultoras (Meemken e Qaim, 2018).

51. Em termos do impacto a nível das famílias, os esquemas de certificação com um componente de gênero podem mitigar algumas das consequências negativas da comercialização agrícola. Por exemplo, as mulheres pertencentes a famílias certificadas têm um controle muito maior da produção de café e da receita derivada que as mulheres em famílias não certificadas (Chiputwa e Qaim, 2016).

52. Por outro lado, a conscientização através dos seminários compulsórios sobre gênero pode mudar gradualmente normas sociais e percepções arraigadas do papel das mulheres nas sociedades rurais. Assim, iniciativas privadas podem complementar políticas públicas com uma dimensão de gênero, e não surpreende que as mulheres assumam atitudes positivas com respeito aos esquemas de certificação (Meemken, Veettil e Qaim, 2017).

53. No entanto, restrições de tempo resultantes do duplo ônus das tarefas domésticas e do trabalho na lavoura podem restringir a participação ativa das mulheres em grupos de produtores. A governança e as políticas dos grupos, portanto, deveriam ser estruturados de modo a facilitar a participação plena das mulheres nas organizações (Lyon, Muterbaugh, e Worthen, 2017).

#### 4.5. *Tecnologia da informação e comunicação (TIC) e inovação técnica*

54. O uso cada vez mais intenso de telefones celulares nas zonas rurais dos países de baixa renda pode ter um impacto positivo sobre o desenvolvimento social mais amplo, inclusive sobre a igualdade de gênero. Pesquisas mostram que a proliferação dos telefones celulares e da tecnologia da comunicação tem um impacto profundo sobre as comunidades rurais dos países de baixa renda, especialmente na África subsaariana. Um elo evidente existe entre o uso de telefones celulares e os indicadores econômicos a nível da lavoura, como os preços dos insumos agrícolas e da produção, a produtividade e os lucros. O uso de telefones celulares capacita os agricultores a comparar preços, criando maior transparência em mercados agrícolas remotos. Os agricultores podem receber orientação agrônômica e advertências pontuais sobre a proliferação de pragas e doenças das plantas em que fundamentar suas decisões sobre a produção (Aker, 2010; Aker e Ksoll, 2016).

55. Um artigo publicado recentemente por Sekabira e Qaim (2017) sugere que o uso de telefonia celular melhora a agência pelas mulheres. Os autores constataram, através de uma amostragem de cafeicultores ugandenses, que em famílias em que pelo menos uma mulher adulta usa um telefone celular, a proporção de todos os bens que são copropriedade das mulheres é 21% mais alta que nas famílias em que os celulares só são usados pelos homens. Além de maior participação e mais influência feminina nas decisões familiares, há benefícios nutricionais para os dependentes da família ligados ao uso de telefones celulares pelas mulheres, como sugerem indicadores que se concentram em segurança alimentar e qualidade das dietas.

#### 4.6. Complementaridades

56. São várias as razões para as diferenças de gênero no setor cafeeiro. Medidas potenciais para reduzi-las vão de políticas públicas a intervenções instigadas pelas ONGs e políticas de gênero na cadeia produtiva do setor. Pesquisas mostram que a produtividade das mulheres cafeeicultoras é entravada por diversos fatores simultaneamente. A atenuação de apenas uma restrição de cada vez pode levar a resultados menos que ótimos se outras restrições não forem removidas. Os aumentos de produtividade trazidos por melhor acesso a insumos, por exemplo, podem ser baixos se todos os agricultores não possuírem aptidões e contarem com treinamento para aplicar fertilizantes e pesticidas com a maior eficácia. Os níveis de produtividade e, portanto, os resultados econômicos só poderão mudar quando o uso de insumos e o acesso a extensão forem facilitados. Daí políticas e programas que lidem simultaneamente com múltiplas restrições existentes podem complementar-se de forma decisiva (FAO 2011). A coordenação dos esforços feitos pelos diversos atores do setor cafeeiro pode aumentar a eficácia de intervenções específicas.

### 5. CONCLUSÃO E PRÓXIMAS ETAPAS

57. O presente estudo proporciona uma estrutura conceitual para identificar as determinantes das diferenças de gênero na produtividade na cafeicultura e examina respostas de políticas públicas e iniciativas privadas que visam ao empoderamento das mulheres e à igualdade de gênero. Embora se concentrando na lavoura, ele reconhece as contribuições femininas em toda a cadeia de valor.

58. Tem-se demonstrado que tanto o setor público quanto o privado podem contribuir significativamente para a realização do ODS da igualdade de gênero, ao mesmo tempo que apoiando outros objetivos, tais como acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares (ODS 1) e acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável (ODS 2). A existência de complementaridades nas intervenções oferece um argumento convincente a favor das parcerias público-privadas (ODS17) em resposta às atuais restrições enfrentadas pelas mulheres no café.

59. Os próximos passos propostos pela OIC incluem:

- **Conscientizar acerca do papel e promover maior participação das mulheres no setor cafeeiro.** Com base no presente estudo, a Secretaria identificará estudos de caso e iniciativas que promovam a igualdade de gênero e empoderem as mulheres na cadeia de valor do café. A coleção de melhores práticas será compartilhada entre os Membros e em fóruns sobre políticas,



para promover o debate e incentivar a ampliação das atuais iniciativas e potencial replicação em outros países. Os estudos de caso também serão promovidos nas redes sociais no contexto do Dia Internacional do Café de 2018.

- **Aproveitar iniciativas público-privadas para medir progresso rumo à conceção do ODS da igualdade de gênero.** Em colaboração com a Plataforma Global do Café (GCP), a Iniciativa por um Algodão Melhor (BCI) e o Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC), a OIC elaborará um quadro de avaliação que permita aos países Membros interessados e ao setor cafeeiro apresentar relatórios sobre o impacto das medidas relativas a gênero de forma harmonizada.
- **Examinar a relação entre gênero e as tendências do consumo de café.** Em muitos países, é menos provável que as mulheres tomem café que os homens. Daí, mais pesquisa é necessária sobre as diferenças de predileção entre os gêneros. Normas sociais e hábitos de consumo em mudança na população feminina poderão resultar em crescimento adicional da demanda.
- **Assegurar que todos os projetos e iniciativas de desenvolvimento apoiados pela OIC procurem lidar com as diferenças de gênero no setor cafeeiro e oferecer soluções para reduzi-las.**

## **Bibliografia**

Aguilar, Arturo, et al. "Decomposition of gender differentials in agricultural productivity in Ethiopia." *Agricultural Economics* 46.3 (2015): 311-334.

Aker, Jenny C., e Isaac M. Mbiti. "Mobile phones and economic development in Africa." *Journal of Economic Perspectives* 24.3 (2010): 207-32.

Aker, Jenny C., e Christopher Ksoll. "Can mobile phones improve agricultural outcomes? Evidence from a randomized experiment in Niger." *Food Policy* 60 (2016): 44-51.

Avila-Santamaria, Jorge, e Pilar Useche. "Women's Participation in Agriculture and Gender Productivity Gap: The Case of Coffee Farmers in Southern Colombia and Northern Ecuador." *2016 Annual Meeting, July 31-August 2, 2016, Boston, Massachusetts*. No. 236156. Agricultural and Applied Economics Association (2016).

Bolwig, Simon. "Poverty and gender effects of smallholder organic contract farming in Uganda." (2012).

Chiputwa, Brian, e Matin Qaim. "Sustainability standards, gender, and nutrition among smallholder farmers in Uganda." *The Journal of Development Studies* 52.9 (2016): 1241-1257.

Croppenstedt, Andre, Markus Goldstein, e Nina Rosas. "Gender and agriculture: inefficiencies, segregation, and low productivity traps." *The World Bank Research Observer* 28.1 (2013): 79-109.

Demura, Shinichi, et al. "Gender differences in coffee consumption and its effects in young people." *Food and Nutrition Sciences* 4.07 (2013): 748.

Dijkdrenth, Eveline. "Chapter 7 Gender equity within Utz certified coffee cooperatives in Eastern Province, Kenya." *Coffee certification in East Africa: impact on farms, families and cooperatives*. Wageningen Academic Publishers (2015): 489-502.

Doss, Cheryl. "Intrahousehold bargaining and resource allocation in developing countries." *The World Bank Research Observer* 28.1 (2013): 52-78.

Due, Jean M., Flavianus Magayane, e Anna A. Temu. "Gender again—Views of female agricultural extension officers by smallholder farmers in Tanzania." *World Development* 25.5 (1997): 713-725.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). "Women in Agriculture. Closing the gender gap for development". State of food and agriculture 2010-11. Food and Agriculture Organisation of the United Nations (2011) <http://www.fao.org/3/a-i2050e.pdf>

Hill, Ruth Vargas, e Marcella Vigneri. "Mainstreaming gender sensitivity in cash crop market supply chains." *Gender in agriculture*. Springer, Dordrecht, 2014. 315-341

International Coffee Organization (ICO) e World Bank. "Risk and Finance in the Coffee Sector: A Compendium of Case Studies Related to Improving Risk Management and Access to Finance in the Coffee Sector". Relatório conjunto apresentado na 114.<sup>a</sup> sessão do Conselho Internacional do Café em Londres, 2015.

International Trade Centre (ITC). "Investing in Women along Agribusiness Value Chains". Report by of the International Finance Corporation, Washington D.C., USA (2016).

International Trade Centre (ITC). "Women in Coffee". *International Trade Forum 3&4* (2018): 32-33.

Lyon, Sarah, Josefina Aranda Bezaury, e Tad Mutersbaugh. "Gender equity in fairtrade—organic coffee producer organizations: Cases from Mesoamerica." *Geoforum* 41.1 (2010): 93-103.

Lyon, Sarah, Tad Mutersbaugh, e Holly Worthen. "The triple burden: the impact of time poverty on women's participation in coffee producer organizational governance in Mexico." *Agriculture and Human Values* 34.2 (2017): 317-331.

Maertens, Miet, e Johan FM Swinnen. "Gender and modern supply chains in developing countries." *The Journal of Development Studies* 48.10 (2012): 1412-1430.

Malapit, Hazel Jean L., et al. "Women's empowerment mitigates the negative effects of low production diversity on maternal and child nutrition in Nepal." *The journal of development studies* 51.8 (2015): 1097-1123.

Meemken, Eva-Marie, Prakashan Chellattan Veetil, e Matin Qaim. "Toward Improving the Design of Sustainability Standards—A Gendered Analysis of Farmers' Preferences." *World Development* 99 (2017): 285-298.

Meemken, Eva-Marie, e Matin Qaim. "Can private food standards promote gender equality in the small farm sector?" *Journal of Rural Studies* 58 (2018): 39-51.

Melesse, Mequanint B., Adane Dabissa, e Erwin Bulte. "Joint Land Certification Programmes and Women's Empowerment: Evidence from Ethiopia." *The Journal of Development Studies* (2017): 1-19.

Quisumbing, Agnes R., et al. "Gender, assets, and market-oriented agriculture: learning from high-value crop and livestock projects in Africa and Asia." *Agriculture and human values* 32.4 (2015): 705-725.

Sekabira, Haruna, e Matin Qaim. "Can mobile phones improve gender equality and nutrition? Panel data evidence from farm households in Uganda." *Food Policy* 73 (2017): 95-103.

Tiruneh, Addis, et al. *Gender differentials in agricultural production and decision-making among smallholders in Ada, Lume, and Gimbichu Woredas of the Central Highlands of Ethiopia*. CIMMYT, (2001).

Uttaro, Robert P. "Diminishing choices: gender, small bags of fertilizer, and household food security decisions in Malawi." *African Studies Quarterly* 6.1 (2002): 2.

World Bank. "Gender Equality and Development". *World Development Report*. World Bank, 2012.

World Bank e IFPRI. "Gender and Governance in Rural Services: Insights from India, Ghana, and Ethiopia". World Bank, Washington, D.C., USA (2010).

QUADRO 1: PARTICIPAÇÃO FEMININA NA AGRICULTURA

Participação na força de trabalho	Participação como chefes de família / proprietários de terras	Região /País	Fonte
<i>Setor agrícola</i>			
43%	n/d	Global	
20%	21%	América Latina	
50%	17%	Sudeste Asiático / Sul da Ásia	FAO, 2011
50%	26%	África subsaariana	
<i>Setor cafeeiro</i>			
70%	20%	Global*	ICT, 2008
n/d	23%	Uganda	Meemken e Qaim, 2018
n/d	35**	México & América Central	Lyon et al., 2010
n/d	29-34***	Quênia	Dijkdrenth, 2015

\* Estudo compreende 15 países

\*\* Participação de agricultoras Fairtrade / orgânicas

\*\*\* Participação de mulheres como membros de cooperativas